

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8.136 - DF  
(2008/0056793-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE** : MÁRCIA RODRIGUES MATA  
**EXEQUENTE** : MARIA DE NAZARÉ ANDRADE DE SOUZA  
**EXEQUENTE** : RAIMUNDO GUILHERME DE AMORIM  
**ADVOGADO** : REINALDO CÉSAR DA CRUZ - AC000871  
**EXEQUENTE** : WALTER SOBREIRA LIMA  
**ADVOGADOS** : REINALDO CÉSAR DA CRUZ - AC000871  
CARLOS ALBERTO MUNIZ PANTOJA - AM002121  
PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COELHO E OUTRO(S)  
- DF001777A  
KAROLINE LAMEIRA - AC003829  
**EXECUTADO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de execução individual proposta nos autos do Mandado de Segurança n. 8.136/DF, em que foram apresentados e homologados diversos pedidos de desistência, remanescendo apenas os exequentes MÁRCIA RODRIGUES MATA e WALTER SOBREIRA LIMA.

Mediante a Petição n. 00205382/2018 (fls. 1063-1093), os sucessores de MARTINS MARQUES DE MENEZES requereram a desistência desta execução e declararam a opção pelo recebimento do PRC 656, oriundo da execução coletiva no MS 7.385/DF.

Em informações, a Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) indicou que referido interessado *não consta nestes autos" e acrescentou que em relação aos exequentes remanescentes "foram expedidas requisições de pagamento em outras execuções [...], cujo objeto é o mesmo destes autos* (fls. 1117-1119).

Outrossim, o despacho de fl. 1122 determinou a intimação do peticionário de fls. 1063-1093 para promover o correto direcionamento do pedido e, também, a dos exequentes para se manifestarem sobre as informações da CEJU.

Em resposta, a parte exequente informou que *em relação a Márcia Rodrigues Mata, tendo em vista que ela já recebeu valores na RPV 4925, parece ter havido perda de objeto nesta lide e acrescentou que em relação Walter Sobreira Lima, em sendo atendido o pedido formulado no ExeMS 7385/DF (explicado pela CEJU no 3º parágrafo de e-fls. 1118), também estará configurada a perda de objeto nesta lide* (fls. 1125-1127).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Seguiram pedidos de desentranhamento da petição de fls. 1063-1093 para juntada na ExeMs 8136 de registro 2005/0209622-1 (fls. 1133-1136 e 1142-1143).

A sucessora de WALTER SOBREIRA LIMA, mediante Petição n. 00429550/2019 (fls. 1138-1141), pugnou pela autorização de levantamento dos valores disponibilizados em favor do exequente em decorrência da ação coletiva ExeMS 7385/DF (2006/0003716-5).

É o relatório.

DECIDO.

Como já apontado pela CEJU e reconhecido pelos respectivos sucessores, MARTINS MARQUES DE MENEZES não é exequente nestes autos. Desse modo, **defiro** o pedido de fls. 1133-1136 e determino o desentranhamento da Petição n. 00205382/2018 (fls. 1063-1093) e a juntada nos autos da ExeMS 8136/DF (2005/0209622-1).

Em relação aos exequentes remanescentes, MÁRCIA RODRIGUES MATA e WALTER SOBREIRA LIMA, tem-se que foi reconhecida a perda de objeto nesta execução. Assim, **julgo extinta a execução e por consequência os embargos conexos**, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil.

Em concordância com as demais decisões proferidas nestes autos e tendo em vista que seria possível o prosseguimento da execução individual caso o exequente não tivesse optado pela ação coletiva, **arbitro em R\$ 100,00 a condenação em honorários de sucumbência em relação a WALTER SOBREIRA LIMA**, com fundamento no art. 85, §§ 8º e 10, do CPC.

Ademais, deixo de fixar sucumbência em desfavor de MÁRCIA RODRIGUES MATA, uma vez que não foi apresentada conta de liquidação para essa exequente, tampouco foram opostos embargos à execução, tendo seu nome apenas sido indicado na inicial da execução.

Tendo em vista que foram expedidas as RPVs 4888 e 4925, oriundas de execuções propostas no MS 8532/DF, em favor dessa exequente e de outra pensionista do mesmo instituidor, totalizando 100% do crédito de pensão, e, ainda, levando em consideração que esses requisitórios são referentes ao mesmo objeto e compreendem o período de agosto/2002 a dezembro/2003 (fl. 31 dos EmbExeMs 8532/DF - 2010/0068445-7 e fl. 16 dos EmbExeMs 8532/DF - 2010/0068554-4), **traslade-se cópia desta decisão para os autos da ExeMS 7385/DF (2009/0229513-1)**, em que figura como parte o instituidor MARCIAL DA SILVA MATA, para constar que eventual valor apurado deve compreender apenas as parcelas devidas até julho/2002, de forma a evitar

# Superior Tribunal de Justiça

duplicidade de pagamento.

Por fim, esclareço que o pedido de habilitação de herdeiros com juntada de inventário administrativo para fins de levantamento de créditos já requisitados deve ser formulado no bojo do respectivo precatório, *in casu*, no PRC 758, com vistas a facilitar a análise individualizada. Desse modo, intime-se o signatário da Petição n. 00429550/2019 (fls. 1138-1141) para promover o devido ajuste no pedido.

Traslade-se cópia desta decisão para os embargos conexos e para o PRC 758.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Presidente da Seção